

# Literacia informacional e mediática no mundo digital e em contexto de ensino profissional: novo mito ou plano necessário de acção?

*Maria Otília Pereira Lage*

Universidade Lusófona do Porto

Rua de Augusto Rosa 24

4000 Porto

222 073 230

E-mail: otillialage@sapo.pt

*Ana Margarida Dias*

Escola Secundária de Vila Verde

Rua Professor Doutor José Bacelar e Oliveira

4730-781 Vila Verde

Tel: 253310170

E-mail: dias.amm@gmail.com

## RESUMO

Este texto pretende analisar a importância crescente que a literacia informacional assume na contemporaneidade, era da informação e da sociedade cognitiva, reportando à “geração Google”. Esboçamos “uma proposta/plano de promoção da Literacia Informacional e Mediática no mundo digital” com base em relatórios da EU e da UNESCO e numa profusão de disposições e recomendações do Parlamento e do Conselho europeus. Analisamos as competências-chave requeridas aos alunos e sua importância na aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente em contexto de formação profissional BAD.

This paper intends to examine the increasing importance of information literacy takes in contemporary times, the information age and knowledge society, referring to the "Google generation". We outline "a proposal / plan to encourage the Informational and Media Literacy in the digital world" based on reports from European Union and UNESCO, and a profusion of rules and recommendations of Parliament and the Council of Europe. We analyze the key competencies required to students and its importance in lifelong learning, particularly in the context of professional training (libraries, archives and documentation centres).

**PALAVRAS-CHAVE:** literacia informacional; ensino profissional BAD

## INTRODUÇÃO

Cinquenta anos após a publicação (1957), na Seuil, das *Mythologies* de Roland Barthes, colectânea onde a crítica ideológica incide sobre a semiologia da linguagem da designada “cultura de massas”, desmistificando alguns dos “mitos” da vida quotidiana francesa da época, Garcin Jerome publica, na mesma editora, *Les Nouvelles Mythologies*. Apesar do tom mais humorístico e ligeiro deste livro, comparado com a obra que pretende homenagear, e de os autores não

terem a mesma consistência ideológica e intelectual, os textos reactualizam alguns dos “mitos” da actualidade elegendo, entre outros, o Google (Jacques-Alain Miller), o blog (Patrick Rambaud) e o wifi (Alain Mabankou) como ícones do século XXI.

Estas ferramentas são, hoje, parte integrante do mundo das bibliotecas e pertencem ao que Scott Lash designa por “formas tecnológicas de vida” que caracterizam a contemporaneidade e carecem de um aprofundamento e reflexão crítica, à luz do tema aqui tratado – a literacia informacional e mediática, como um projecto sócio-cultural.

Na actual “sociedade em rede em transição” (João Caraça), marcada pela globalização e o registo de aceleração da temporalidade, o tempo atemporal (Manuel Castells), em que valores como a simultaneidade, a sensação do imediato, a mistura de tempos no mesmo canal de comunicação (Lash), criam uma espécie de colagem temporal, em que os géneros se entrelaçam e o tempo se torna síncrono num horizonte plano, sem princípio nem fim, sem sequência. Vivemos, segundo Alvin Toffler, na sociedade de terceira vaga (a primeira vaga foi a agrícola, a segunda a industrial), a sociedade da informação, em que a informação e o conhecimento são factores estruturantes da vida económica e social e a literacia da informação, uma das competências-chave do cidadão global.

Paralelamente, assistimos à corporização de vários medias no mesmo aparelho: um telefone móvel deixou de servir só para comunicar (função do telefone) podendo também integrar televisão, máquina fotográfica, acesso à Internet. A TV pode também ser visualizada num computador. A vulgarização da banda larga modificou o comportamento dos jovens, que deixaram de ver tanta televisão e passam mais tempo ao computador, a *surf*, nas redes sociais, a jogar, a jogar.

## PROMOÇÃO DA LITERACIA INFORMACIONAL E MEDIÁTICA NO MUNDO DIGITAL.

“No passado, o analfabetismo era a situação mais grave de privação; hoje, a privação estende-se a quem não souber integrar as tecnologias no seu dia-a-dia”.

Com a epígrafe, retirada da introdução de obra colectiva

de revisão, editada 10 anos após o lançamento do *Livro Verde para a Sociedade da Informação*, percurso nacional já por muitos analisado, em diferentes áreas, queremos começar por sinalizar, para debate e reflexão, um imperativo político, social e cultural que nos remete, à partida, para uma profusão de documentos de trabalho, directivas, comunicações e recomendações da UNESCO e da União Europeia, publicadas sobretudo a partir de 2005. [2]

Salientam-se, em tal enquadramento supra-nacional, quatro orientações de política educativa que se revelam essenciais para o desenvolvimento tão propalado de competências informacionais e mediáticas, a saber:

- a) Ensino de competências informacionais e mediáticas enquanto parte integrante da formação dos professores e dos técnicos;
- b) A educação para a informação e os media nas escolas;
- c) Educação para a informação e os media nas universidades e fora da escola;
- d) Educação para a informação e os media destinada às pessoas idosas.

Este é pois o horizonte lato de referência da nossa proposta de reflexão sobre literacia informacional e mediática que em tal imperativo, transversal às diferentes políticas estatais, tentaremos esboçar, tendo em conta o quadro nacional, na medida em que a mesma se constitui, como é sabido, em qualificação crucial e intransponível, nas actuais sociedades da informação, comunicação e conhecimento.

Aliás, a sua importância decisiva foi já realçada pela UNESCO na sua Declaração de Grünwald sobre a educação para os meios de comunicação social (1982), sendo depois reactualizada na Agenda de Paris com as suas “doze recomendações relativas à educação para os meios de comunicação social” (2007) e, mais recentemente, também pela Comissão e Parlamento Europeu.[3].

Todavia, e apesar dos múltiplos documentos que têm vindo a ser produzidos, os dados presentemente disponíveis não são ainda suficientes para proferir afirmações exactas sobre o estágio da literacia informacional e mediática quer no quadro da União Europeia, quer em Portugal e muito menos ainda, na escala bem mais reduzida em que se centra o nosso enfoque, o específico nível do ensino profissional para a área da Documentação e Bibliotecas [4].

A proposta de estudo e reflexão política geral que começámos por apresentar sob forma dubitativa – Plano necessário de acção ou novo mito? - considera de modo muito abrangente a literacia da informação, associando-a com a literacia digital [5] e a literacia dos media, e tem em conta, naturalmente, uma série de meios, formas e modalidades de informação e comunicação modernos tais como: a variada gama hoje existente de fontes de informação, a televisão, o cinema, o vídeo, a rádio, as imagens, os jornais, a música, os jogos de computador, a Internet, a publicidade e a informação digital.

Por outro lado, tem também presente que os meios tradicionais e as novas tecnologias digitais se entrecruzam, existindo uma convergência das diferentes formas mediáticas a nível técnico e de conteúdos - elemento que tem de ser considerado na elaboração de adequada avaliação periódica da literacia informacional e mediática. Ressalve-se no entanto, que esta aferição que pode ser problemática, pois é difícil avaliar com critérios quantitativamente mensuráveis capacidades cognitivas, criativas e críticas, bem como a

hierarquização de conteúdos, é, em contrapartida, mais facilmente mensurável na avaliação dos conhecimentos técnicos que sobretudo nos preocupa, nesta abordagem específica direccionada para o ensino técnico e profissional na área BAD.

### **Horizonte e contexto de promoção de literacias informacionais e mediáticas**

Hoje a informação atravessa e decorre de todas as categorias de media, audiovisuais e impressos, tradicionais e digitais, assistindo-se a uma convergência dos diferentes media do ponto de vista técnico e de conteúdos. Por sua vez, a fortíssima concentração no mercado e indústria da informação e nos media, faz-se sentir diariamente nas sociedades e na esfera política, afigurando-se susceptível de pôr em risco o seu pluralismo. Tecnologias inovadoras de informação e novos meios de comunicação de massas em que emergem os "weblog", os jogos de vídeo e a web social como novas modalidades de media, ganham terreno em todos os domínios da vida das pessoas, pressupondo um papel mais activo dos utilizadores dos meios de comunicação e das comunidades sociais, já que esta diversidade e excesso de informações indiferenciadas e não hierarquizadas segundo a sua importância, podem inundar os menos precavidos com uma avalanche de informação passível de representar um problema tão grave quanto a sua falta.

Num presente cada vez mais globalizado e de rápido desenvolvimento tecnocientífico, as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) e os meios de comunicação social de massas, com papel determinante na escolha de temas relevantes, influenciando a agenda política e a vida quotidiana, com uma objectividade por vezes limitada, obrigam todos os sectores da sociedade, mais do que nunca, a acompanhar as rápidas mudanças tecnológicas e a aprender a lidar com uma torrente de informações. Simultaneamente, criam, por um lado, oportunidades para a comunicação global e a abertura ao mundo, constituem pilares essenciais das sociedades democráticas, veiculam simultaneamente saber, informação e conhecimentos, proporcionam oportunidades de participação positiva e de criatividade, induzindo, assim, um aumento da participação dos cidadãos nos processos políticos e condições de desenvolvimento de uma democracia mais participativa. Mas, por outro lado, comportam o risco de maior manipulação, podendo assim constituir tanto uma clara oportunidade, como um sério desafio.

Porém, numa outra perspectiva, o desenvolvimento das redes de telecomunicações e o avanço das tecnologias da informação e da comunicação (TIC), registam divergências acentuadas entre os vários Estados e regiões, especialmente, em locais remotos e áreas rurais, o que comporta o risco de agudização contínua da “brecha digital”, fosso que existe em matéria digital não só em Portugal como em geral na União Europeia, para já não falar de zonas e países do mundo menos desenvolvidos. Existem ainda notórias diferenças, quanto ao grau de incorporação e utilização das TIC e dos novos media com as possibilidades inerentes de interacção e participação criativa, no ensino e na educação.

Configura-se, assim, todo um processo complexo de emergência do desenvolvimento de competências e comportamentos em literacia informacional, digital e

mediática, enquanto elemento importante da cultura social e política, da participação democrática activa, para além de uma mais-valia significativa em matéria de qualificações profissionais, sociais e culturais.

A educação para a informação e os media desempenha um papel determinante na obtenção de um elevado nível de literacia informacional e mediática e constitui uma parte importante da educação política que ajudará as pessoas, enquanto cidadãos bem informados, a desenvolver capacidades que propiciem um entendimento mais profundo de princípios e valores, assim como a consciência dos direitos e deveres fundamentais - base de uma sociedade pluralista e emancipada.

Ora, embora se entenda que a aproximação a esta problemática beneficiará se for feita no quadro de uma abordagem europeia da promoção da literacia informacional e mediática que tem de ser melhorada, em particular, no que se refere à inclusão dos media tradicionais e ao reconhecimento da importância da educação para os media com um sólido suporte informacional, tal não significa, evidentemente, que se descure o imprescindível empenhamento institucional nacional no reforço da formação técnico-profissional e na formação de técnicos especializados em literacias informacionais e mediáticas nas ciências da educação e da informação e nas áreas específicas da documentação e bibliotecas. Muito pelo contrário.

É recomendável que a educação para a informação, novas tecnologias e media seja orientada não só para a investigação, mas também para a prática relacionada com matérias do domínio económico, político, literário, social e artístico, pelo que é desejável a adopção de uma abordagem transversal que estabeleça pontes entre as escolas e projectos extra-escolares.

Os indicadores de literacia informacional e mediática deverão incluir não só a qualidade do ensino mas atender ainda a formação do pessoal docente e não docente neste domínio. Verifica-se que, para além dos aspectos pedagógicos e inerentes à política de educação, o apetrechamento técnico e o acesso às novas tecnologias também desempenham um papel essencial, impondo-se por isso a necessidade de melhorar a infraestrutura escolar, a fim de generalizar e melhorar os acessos a computadores, informática, informação e Internet e incrementar o correspondente ensino. Importa ainda não esquecer a especial relevância que a educação para a informação e media assume no ensino especial, dada a relevante função que, em muitos tipos de deficiência, os media desempenham na superação de problemas de comunicação.

Assim, a formação de professores e técnicos, em todos os níveis de ensino, deverá passar a incluir módulos obrigatórios de ensino de competências informacionais e mediáticas, garantindo uma formação intensiva, propiciando uma familiarização de todos os professores com o uso da informação e de meios audiovisuais didácticos e promovendo um regular intercâmbio de informações e de boas práticas, no campo da educação e métodos pedagógicos.

Entende por fim desejável que os anteriores pressupostos do plano de promoção de literacias informacionais e mediáticas que a seguir se esboça, possam informar o ensino e a formação técnico-profissional de técnicos de biblioteca e documentação que se gostaria de ver assumir maior relevo nas políticas educativas nacionais e nos diversos programas de apoio da União Europeia.

## **Para um plano de acção promocional de literacias**

Importa então agora introduzir o esboço de plano genérico de acção para promover através do ensino as literacias informacionais, digitais e mediáticas, com vista a possibilitar o intercâmbio de informações e uma cooperação eficaz e regular entre áreas afins e de acentuada transversalidade. O que supõe, desde logo, instar ao compromisso das autoridades responsáveis para que cooperem aos vários níveis, a fim de melhorar a literacia informacional e mediática a todos os níveis e em todos os públicos-alvo.

Ressalve-se no entanto que o plano geral de acção aqui esboçado, como possível meio de resposta pró-activa às necessidades sentidas em matéria de literacias informacionais e mediáticas, no âmbito dos cursos profissionais para formação de técnicos Bd, se configura fundamentalmente como enquadramento e diagnóstico genérico desta actual e importante problemática social e política, não se tratando por isso de qualquer plano com pretensões à escala nacional e envolvimento europeia. Refira-se ainda que o mesmo supõe naturalmente diversas plataformas de trabalho, projectos transversais, acções e agentes no terreno, para além de outros tópicos processuais, que por razões óbvias, dada a natureza deste estudo preliminar, não tinha cabimento serem aqui equacionadas [6].

Começamos então por definir e precisar o conceito de literacia informacional e mediática que, basicamente, significa possuir a capacidade de utilizar os meios de comunicação e os media, em geral, de compreender e ajuizar criticamente os seus diversos aspectos e conteúdos e de comunicar em diversos contextos. Para além dos aspectos pedagógicos, o equipamento e o acesso às novas tecnologias desempenham um papel determinante.

Nessa medida, a literacia informacional e mediática pode, em sentido lato, ser entendida como o acesso às novas tecnologias da informação e à utilização competente e crítica dos seus conteúdos e, mais especificamente, como a capacidade de utilizar autonomamente os diversos media, de compreender e avaliar de modo crítico os diferentes aspectos da informação, dos media e dos seus conteúdos, assim como de comunicar em diferentes contextos, criar e difundir conteúdos mediáticos. Observe-se, além disso, que, perante a multiplicidade de fontes disponíveis, o mais importante é a capacidade de filtrar com exactidão e ordenar informações do caudal de dados e imagens veiculado pelos novos media.

Quanto a pressupostos e requisitos básicos iniciais, há que referir em primeiro lugar o reconhecimento da exigência particular de desenvolver, a nível nacional, códigos de conduta e iniciativas regulamentares comuns. Destaca-se ainda a necessidade de todas as partes interessadas participarem na promoção do estudo sistemático e da análise regular das várias facetas e dimensões da literacia informacional e mediática, sendo recomendável que os grupos de trabalho constituídos consultem periodicamente os representantes na matéria, da Unesco e da União Europeia. É importante também não deixar de associar os especialistas, nos debates, para além de envolver na discussão colectiva e pública, um conjunto diversificado de actores interessados que podem prestar um contributo activo para promover a literacia informacional e mediática, desde os políticos, jornalistas, rádios, televisões e empresas de media, às

pequenas entidades locais, como estabelecimentos de ensino e cursos de formação profissional, bibliotecas, centros de educação de adultos, centros culturais e mediáticos e meios de informação e comunicação associativa de cidadãos.

Frisa-se que a educação para a informação e para os media que deve envolver todos os cidadãos: crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência, constitui um elemento crucial da política de informação dos consumidores, da abordagem consciente e informada sobre as questões relativas aos direitos de propriedade intelectual, da participação democrática activa dos cidadãos e do incremento do diálogo intercultural.

Assinala-se que a literacia informacional e mediática visando a utilização competente e criativa da informação e dos media e seus conteúdos, a análise crítica dos produtos, a compreensão do funcionamento da indústria dos media, etc., se inicia no ambiente familiar, salientando-se o papel decisivo dos pais na formação de hábitos e comportamentos dos filhos em matéria de informação e media, desenvolve-se no contexto escolar e prossegue no quadro da aprendizagem ao longo da vida, sendo intensificada pela actividade das autoridades nacionais e estatais, entidades reguladoras, e agentes e instituições que operam nos domínios da informação e dos media.

Lembra-se que a educação para a informação e os media, para além de veicular informação relativa aos aspectos de direitos de autor e direitos de propriedade intelectual, em particular, no que se refere à Internet, deve elucidar igualmente sobre matérias como a segurança da informação e dos dados pessoais e o direito à autodeterminação informativa e garantia de acesso às tecnologias de informação e da comunicação, devendo igualmente propiciar critérios de avaliação das práticas e instrumentos adoptados na publicidade.

Como medida política geral, os decisores deverão ter papel decisivo na redução do fosso digital ainda existente, favorecendo o desenvolvimento das infra-estruturas de informação e comunicação e, sobretudo, da disponibilização de banda larga nas regiões com menores condições de acesso. A disponibilização do acesso à Internet de banda larga também é importante para os serviços de interesse geral, devendo caracterizar-se por uma oferta ampla e de elevada qualidade, bem como por preços acessíveis, sendo fundamental que cada cidadão tenha a possibilidade de utilizar uma ligação de banda larga acessível e de ter acesso, nas escolas, à “educação para a informação e os media” enquanto parte integrante do ensino formal e dos planos curriculares de todos os níveis.

No contexto actual, em que a educação e a aprendizagem ao longo da vida desempenham um papel decisivo nas condições necessárias para que as pessoas analisem criticamente os produtos informacionais e mediáticos, compreendam as funções económicas da indústria da informação e dos media e possam elas próprias produzir conteúdos informativos e mediáticos, definem-se três objectivos essenciais para um necessário Plano de Acção direccionado para o ensino das competências informacionais e mediáticas, processo de aprendizagem em que se ensina e aprende com e sobre os meios de informação e comunicação, através da sua utilização competente.

a) Garantia de acesso às tecnologias da informação e da comunicação

O actual panorama informacional e mediático caracteriza-se pela sua diversidade, mas também por uma elevada concentração, em que a informação e os conteúdos mediáticos se encontram nas mãos de uns quantos oligopólios multinacionais, situação que encerra riscos elevados para a independência e a diversidade da informação.

Ora todos os segmentos da população deverão poder beneficiar da sociedade da informação e todos os cidadãos deverão poder dispor de uma ligação de banda larga, pelo que compete aos decisores políticos, às administrações locais e regionais, entidades públicas e privadas garantir o acesso de toda a população às TIC e assegurar a redução do fosso digital e evitar a existência de fracturas entre populações mais e menos favorecidas neste domínio, por forma a reduzir os obstáculos à mobilidade profissional e as dificuldades na vida quotidiana.

b) Análise, atitude crítica e reflexão autónoma em relação à informação e aos media e cultura informacional e mediática.

A literacia informacional e mediática deve permitir que os cidadãos avaliem criticamente se e em que medida o teor e a forma dos conteúdos difundidos são influenciados por interesses dos produtores mediáticos. O objectivo pretendido é o de permitir aos receptores tomar as suas próprias decisões sem se deixar influenciar por factores externos.

Importa pois desenvolver, de forma consistente, uma atitude crítica em relação à informação difundida e à cultura e ofertas mediáticas, o que pressupõe a capacidade de orientação e de selecção crítica para ler nas entrelinhas e decodificar imagens e sons, assim como a capacidade de avaliar os conteúdos.

c) Produção dos seus próprios textos informativos e mediáticos e utilização segura das novas tecnologias

Outro aspecto importante a considerar é a possibilidade de criação dos seus próprios conteúdos informativos e mediáticos. Mediante a produção de conteúdos e produtos informativos e mediáticos próprios, adquire-se uma maior compreensão dos princípios e valores que norteiam os conteúdos mediáticos produzidos por profissionais. A produção mediática deve estar associada a uma reflexão crítica sobre o processo de produção, sob pena de se tornar numa operação meramente técnica.

Actualmente, a Internet oferece aos utilizadores inúmeras possibilidades de produzir os seus próprios conteúdos e torná-los acessíveis a qualquer pessoa. O computador e a Internet constituem, sobretudo para os jovens, instrumentos essenciais de acesso e comunicação mediática, bem como de criação, devendo a educação prática no domínio informacional e mediático atender aos aspectos relativos aos direitos de autor e segurança dos dados.

No que se refere aos grupos-alvo a contemplar, no campo específico deste estudo o enfoque é, como já se disse, fundamentalmente o dos docentes e alunos dos cursos profissionais BAD, domínio em que é essencial diagnosticar, apreciar e informar sobre os níveis de literacia informacional e mediática dos diversos segmentos deste público-alvo, em Portugal,

comparativamente com os Estados-Membros. A questão central que se coloca é a de definir a via para uma maior literacia informacional e mediática tendo devidamente em conta os mais diversos meios de informação e comunicação. Mas o trabalho pedagógico neste domínio encontra-se pouco desenvolvido face às actuais necessidades, pelo que importa incrementá-lo.

### **Ensino e Educação para a informação e media**

Há que considerar muito em especial, o campo do ensino e da educação como suporte essencial deste plano genérico para o desenvolvimento de competências informacionais, digitais e mediáticas, tendo em atenção quer a sua integração efectiva na educação formal e não formal, quer a emergência de novos comportamentos neste domínio em quatro dimensões axiais.

a) Ensino de competências informacionais e mediáticas enquanto parte integrante da formação dos professores e dos técnicos

O ensino de competências informacionais e mediáticas nas escolas só deve ser dispensado por professores que possuam tais competências e a necessária formação nesse domínio. É recomendável que os professores de todas as disciplinas e de todos os tipos de escola possam aprender, no âmbito da sua formação, a utilizar diversas tipologias de informação e material didáctico audiovisual e a lidar com os problemas relativos à educação para os media com forte suporte na informação. Daí que para garantir uma formação intensiva neste domínio, se advogue a necessidade de integração de módulos obrigatórios de pedagogia informacional e mediática na formação dos professores de todos os níveis de ensino.

b) A educação para a informação e os media nas escolas

Existem grandes diferenças nos planos curriculares dos países da União Europeia nesta matéria. Cabe assim às escolas desempenhar um papel fundamental na formação de pessoas capazes de comunicar e de emitir juízos críticos sobre a situação a melhorar.

O ensino de competências informacionais e mediáticas não se deve limitar a algumas disciplinas ou a determinados níveis de ensino, mas deve ser parte integrante dos planos curriculares de todos os níveis de ensino, podendo ser, nomeadamente, associado a matérias económicas, políticas, literárias, sociais e artísticas, o que implica a adopção de uma abordagem transversal, que pode e deve ser associada a projectos extra-escolares. As pessoas portadoras de deficiência e as que frequentam o ensino especial devem, também, ter a possibilidade de participar nessa formação...

Os planos curriculares dos cursos de ensino profissional e em especial os destinados à formação para a área BAD têm aqui uma importância básica decisiva se e quando verdadeiramente integrantes de dispositivos e motivações para a educação de competências e comportamentos informacionais, mediáticos e digitais. Pelo que se defende a criação de uma disciplina específica "Educação Informacional, Digital e Mediática" no ensino profissional, designadamente nos cursos de formação de técnicos de documentação e

bibliotecas, que obedeça aos princípios e requisitos aqui recomendados.

c) Educação para a informação e os media nas universidades e fora da escola

Mas a educação para a informação e os media não deve ser apenas ministrada no quadro do sistema escolar formal, devendo também ter lugar no âmbito da aprendizagem ao longo da vida. Algumas universidades oferecem uma formação inicial no domínio informacional e mediático nos novos cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento. Para promover e disseminar estes projectos, conforme é desejável, importa promover parcerias que contribuam para que todos os actores, dentro ou fora do sistema escolar, trabalhem conjuntamente para o desenvolvimento de competências informacionais e mediáticas no quadro da formação geral e da formação contínua, assim como é importante o intercâmbio a vários níveis de modelos de boas práticas nestas vertentes.

d) Educação para a informação e os media destinada aos adultos e às pessoas idosas

O trabalho pedagógico no domínio mediático dirige-se, regra geral, mais aos jovens do que aos adultos e às pessoas idosas. Os pais são, muitas vezes, ultrapassados pelos filhos no que se refere à utilização das tecnologias da informação e da comunicação.

Por isso é importante desenvolver as actividades pedagógicas no domínio informacional e mediático com pessoas mais velhas e idosas nos seus locais de permanência e encontro, tais como, locais de emprego, associações, lares de idosos e instituições de acolhimento e prestação de cuidados de assistência, residências e centros de dia, grupos de tempos livres e actividades de lazer, tomando em consideração a heterogeneidade dos modos de vida e experiências dos participantes.

Haja em vista que as redes digitais e a web social oferecem precisamente às pessoas idosas e/ ou com mobilidade reduzida a possibilidade de participarem mais activamente na vida social e, dessa forma, aumentarem a sua qualidade de vida.

Estamos agora, finalmente, em presença de um conjunto sistemático de dados e elementos que sendo na sua maioria enunciados de princípios gerais, nem por isso deixam de nos autorizar a responder agora positivamente à pergunta com que subintitulamos esta comunicação e que, implicitamente, se discutiu nesta primeira rubrica.

Aliás, e como se deixou também implícito, tal plano de intenções, mais do que propriamente plano de acção, já em muitos aspectos vem sendo implementado em diferentes áreas e segmentos das actuais sociedades de informação e conhecimento, embora, por vezes, como entre nós sucede, de modo casuístico, o que sempre acontece, afinal, com os enunciados programáticos.

É hoje inegável a necessidade bem como a viabilidade de um diagnóstico realista e concreto da situação a este nível, que se deseja seja ainda complementado por significativos estudos de caso, e sólida investigação, como ancoragem de um plano geral de acção que contemple aspectos essenciais do plano de intenções enunciado. A sua implementação poderá ser feita através de projectos sectoriais e diferenciados, que não

só contemplem o que se advogou para os cursos de técnicos BAD no ensino profissional nacional, designadamente os programas de literacia informacional mas que deles se possam também servir como “massa crítica” necessária à promoção de novos comportamentos e competências informacionais quer no contexto de ensino e das bibliotecas, quer em domínios extra-escolares.

Esta primeira aproximação macro numa perspectiva da sociedade em geral ou dos “imigrantes digitais” (Prensky, 2001) pressupõe então que se proceda agora a uma abordagem mais pormenorizada. Esta inclui a análise crítica-reflexiva dos planos de estudo dos actuais cursos profissionais BAD, a qual, precedida de uma abordagem geracional da literacia informacional e mediática com enfoque especial no novo tipo de alunos “nativos-digitais” e antecedida de uma prévia revisão da literatura, se fará na próxima rubrica, em que se discute o papel chave da literacia informacional (distinguindo-a da literacia digital), em contexto escolar e, especificamente, no quadro do ensino profissional.

## PAPEL-CHAVE DA LI EM CONTEXTO ESCOLAR

O uso generalizado das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nos diferentes sectores do quotidiano levou ao surgimento de novos conceitos como, por exemplo, o e-learning, o e-book e a e-generation. Em Portugal adoptou-se inicialmente a terminologia anglo-americana e hoje empregam-se, quase que indiscriminadamente, de acordo com as escolas e filiações académicas, os termos net generation, e-generation, google generation, ou suas traduções para português, assim como o de nativos digitais. Contudo, existem algumas discrepâncias na balizagem temporal deste conceito. Adoptámos aqui a divisão que mais comumente aparece na literatura: geração google (ou um dos termos anteriormente referidos) para os jovens nascidos depois de 1993, geração Y para os nascidos entre 1978 e 1993 e geração X para os nascidos entre 1960 e 1975/78.

A abordagem em termos geracionais é uma das questões fulcrais quando se aborda a literacia informacional e mediática. Diversos investigadores, Don Tapscott é um dos mais representativos, defendem que existe uma barreira digital entre a geração net e as gerações mais velhas, com fortes repercussões no contexto escolar. No artigo *Geração Net: cuidado com os miúdos* explica: “Hoje, pela primeira vez na história, as crianças têm mais saber e conhecimento, são mais letradas e sentem-se mais confortáveis do que os seus pais em relação a uma inovação central da nossa sociedade: as novas tecnologias.” Para este autor a geração net engloba também a geração Y e representa cerca de 30% da população. “O termo “geração Net” que refiro neste livro [Tapscott, Don – Growing up Digital: The rise of the net generation. McGraw-Hill, 1997] é relativo aos miúdos que nasceram, na sua maioria, a partir de 1977. Não incluo o que a imprensa catalogou como “Geração X”, a partir do título da novela de Douglas Coupland”. Acrescenta que, em termos tecnológicos a geração X foi marcada pela ascensão da televisão. “Com este choque entre duas culturas — a da TV e a da Net — somos tentados a falar de um agravamento do fosso geracional. [...]. Contudo, o que se passa hoje é diferente, é de outra natureza. Estamos a passar de um fosso geracional para dois

mundos em paralelo. Na linguagem de slogans, de um generational gap (fosso de gerações) para um generational lap (salto de gerações). A sociedade nunca experimentou uma coisa destas: o colocar da hierarquia do saber de pernas para o ar. As crianças são, pela primeira vez, as autoridades e os especialistas, em algo central para o futuro da humanidade: as novas tecnologias e a ascensão da Net [...]. No passado, os pais eram a autoridade indiscutível em tudo. Em todos os domínios, os pais eram tidos como mais sabedores. A única excepção era a dos filhos dos emigrantes que aprendiam mais rapidamente uma nova língua, e em que eram os intérpretes da família.” Assim, preconiza mudanças no sector educativo nomeadamente, e entre outras, a passagem: “1. do ensino linear à aprendizagem hipermédia, interactiva e não sequencial”; 2. do ensino guiado pela pedagogia do professor para a aprendizagem experimental e o espírito de descoberta; 3. do ensino cinzento à aprendizagem e entretenimento apelativos e criativos; 4. de uma geração que absorvia e analisava para uma jovem geração que navega e sintetiza; 5. do ensino como um período exclusivo da vida jovem para a aprendizagem toda a vida.”

Marc Prensky (2001), defensor da descontinuidade digital em termos geracionais, no seu artigo “Digital natives, digital immigrants” afirma: “Como deveríamos chamar estes “novos” alunos de hoje? [...] A denominação mais utilizada que eu encontrei para eles é Nativos Digitais. Os nossos estudantes de hoje são todos “falantes nativos” da linguagem digital dos computadores, vídeo games e internet. Então o que faz o resto de nós? Aqueles que não nasceram no mundo digital, mas que adoptaram muitos ou a maioria dos aspectos da nova tecnologia são, e sempre serão comparados a eles, sendo chamados de Imigrantes Digitais. É importante fazer esta distinção: como os Imigrantes Digitais aprendem – como todos imigrantes, alguns mais do que os outros – a adaptarem-se ao ambiente, mas mantêm sempre, em certo grau, seu “sotaque”, que é o seu pé no passado. O “sotaque do imigrante digital” pode ser percebido de diversos modos, como o acesso à internet para a obtenção de informações, ou a leitura de uma manual para um programa ao invés de assumir que o programa nos ensinará como utilizá-lo. Actualmente, os mais velhos foram “socializados” de forma diferente das suas crianças, e estão num processo de aprendizagem de uma nova linguagem. E uma língua aprendida posteriormente na vida, dizem os cientistas, vai para uma parte diferente do cérebro. [...] É muito sério, porque o único e maior problema que a educação enfrenta hoje é que os nossos instrutores Imigrantes Digitais, que usam uma linguagem ultrapassada (da era pré-digital), estão lutando para ensinar uma população que fala uma linguagem totalmente nova”.

Contudo, e apesar das investigações de Tapscott e seus seguidores, a literatura destaca alguns estudos efectuados em amostras alargadas da população que demonstram que, em matéria de pesquisa da informação e sua aplicação em contexto de aprendizagem, a geração net ainda não apresenta alterações significativas nas suas práticas informacionais nem possuem, na sua maioria, maiores competências em termos de literacia informacional que as gerações que a precederam.

Gregor Kennedy [et al.] (2007) no seu artigo The net generation are not big users of Web 2.0 technologies: Preliminary findings baseado num estudo efectuado, na Austrália, com 2588 estudantes do primeiro ano da

universidade (Universidade de Melbourne, Universidade de Wollongong e Universidade de Charles Sturt), aponta para a existência de uma grande diversidade nas competências tecnológicas destes alunos no que respeita a aplicações informáticas vocacionadas para os estudos. Concluíram ainda que os índices de trabalho colaborativo e de auto-publicação nas ferramentas da Web 2.0 são bastante mais baixos do que os que têm sido frequentemente associados a esta geração.

O estudo publicado em Janeiro de 2008 – Information Behaviour of the Researcher of the Future ('Google Generation' project) – encomendado pela British Library e pela Joint Information Systems Committee (JISC) e realizado pela University College of London, corrobora as conclusões de Kennedy [et al.] em matéria de comportamento informacional em contexto de aprendizagem e de literacia da informação. Verificou-se que há uma “sobrevvalorização”, por parte de alguns investigadores e da sociedade em geral, das competências de informação da geração google, que ainda não é “web-literate”, e que se observam algumas características comuns a todos os utilizadores da internet, independentemente do nível etário e que, comumente, são atribuídos aos mais novos. São disto exemplo, a “impaciência na pesquisa e navegação e a tolerância zero para qualquer atraso na satisfação das suas necessidades de informação”.

Desmistificam “a aparente facilidade e familiaridade com computadores” da *geração google* realçando a sua dependência dos motores de pesquisa e a pouca capacidade analítica e crítica na avaliação das fontes de informação. Este estudo chama a atenção para a premência que as bibliotecas têm em conhecer a evolução das necessidades informacionais e práticas de pesquisa/consulta dos seus utilizadores. Uma das conclusões deste projecto foi a urgente necessidade de investimento, no Reino Unido, em projectos de investigação sobre o comportamento informacional dos jovens e em programas de literacia da informação nas escolas. Afirmam que só assim se pode formar futuros investigadores qualificados “para navegar na cada vez mais diversificada e complexa paisagem de informação” e garantir a economia do conhecimento.”

Estes estudos, publicados em <http://www.ucl.ac.uk/infostudies/research/ciber/downloads/> concluem: “as we have seen so far, the idea of a “Google Generation” that is qualitatively different in terms of its information search procedures and habits from other generations is only partly supported by relevant evidence”.

São múltiplos os exemplos referenciados na literatura (Mittermeyer, 2003; Gunter, Rowlands and Nicholas, 2009...) que demonstram que ainda não é adquirido que quando os estudantes ingressam no ensino superior, e apesar de já serem nativos digitais, dominem as competências básicas em termos de literacia informacional. As maiores dificuldades centram-se na selecção dos “termos/expressões de pesquisa” verificando-se que muitos dos utilizadores não utilizam termos alternativos, mesmo em linguagem natural, se as suas pesquisas iniciais se mostram infrutíferas. Muitos desconhecem a existência de vocabulário controlado e adoptam estratégias de pesquisa baseadas na “tentativa / erro” que conduzem a uma enorme taxa de ruído, à ineficácia e dispêndio de tempo (e muito frequentemente de dinheiro) na consulta de documentos não relevantes. Outra constatação interessante é que os

estudantes não valorizam suficientemente as questões de relevância e pertinência da fonte, mesmo no ensino superior, seleccionando, na sua maioria, as primeiras soluções apresentadas, tendo preferência por textos resumidos. Preferem utilizar plataformas interactivas de informação em vez do consumo passivo dos dados e utilizam com frequência o “copy / paste” sem referenciar as fontes, revelando alguma incapacidade em interpretar correctamente referências bibliográficas.

Em conclusão, a “literacia digital” e a “literacia informacional” não caminham de mãos dadas o que coloca um enorme desafio às bibliotecas, nomeadamente às bibliotecas escolares, na formação da literacia informacional. As pessoas passaram a utilizar a Web de forma natural pois foram “alfabetizadas digitalmente” mas não sabem utilizar pesquisas convenientemente nem organizar e utilizar a informação obtida

A Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) tem vindo a promover e valorizar as boas práticas nesta matéria sendo a “Promoção das Literacias da Informação, Tecnológica e Digital” um dos subdomínios (A2) alvo de auto-avaliação, listando como itens de avaliação das bibliotecas escolares: a organização de actividades de formação de utilizadores, tendo em atenção as necessidades detectadas; o fomento do ensino em contexto das competências de informação; o desenvolvimento de um conjunto alargado de acções promotoras do uso das TIC e da Internet como ferramentas de acesso, produção e comunicação de informação e como recurso de aprendizagem; o impacto nas competências tecnológicas e de informação dos alunos; o desenvolvimento de um leque de valores e de atitudes indispensáveis à formação da cidadania e à aprendizagem ao longo da vida. (Modelo de Auto-avaliação da Biblioteca Escolar, 2009 – adapt. p. 19).

## **PAPEL-CHAVE DA LI EM CONTEXTO DE ENSINO PROFISSIONAL**

O actual Curso Profissional de Técnico de Biblioteca, Arquivo e Documentação, regulamentado pela Portaria nº 1305/2006, de 23 de Novembro, está estruturado em três componentes: formação sociocultural, formação científica e formação técnica e visa a saída profissional de técnico de biblioteca, arquivo e documentação. A componente que é específica ao curso é a de formação técnica que abrange as seguintes disciplinas de formação modular: Informação Documental, Técnicas Documentais, Tecnologias da Informação, Gestão da Informação em Bibliotecas e Arquivos, Formação em Contexto de Trabalho.

Atribui um diploma de conclusão do nível secundário de educação e um certificado de qualificação profissional de nível 3.

O curso enquadra-se na família profissional de informação, documentação e património e integra-se na área de educação e formação de biblioteconomia, arquivo e documentação (BAD) (332), de acordo com a classificação aprovada pela Portaria nº 256/2005, de 16 de Março.

Após uma análise do Plano de Estudos, ainda não integralmente homologado pela Agência Nacional para a Qualificação, constatamos que alguns módulos do Elenco da Disciplina de Informação Documental:

- 1 - Sociedade da Informação e do Conhecimento;
- 2 - Informação e Documentação ;



e o Elenco Modular da Disciplina de Tecnologias da Informação:

- 1 Tecnologias da Informação e Comunicação em Bibliotecas e Arquivos;
- 2 Plataformas Tecnológicas I – Redes;
- 3 Plataformas Tecnológicas II - Internet ;
- 4 Plataformas Tecnológicas III – Bases de Dados;
- 5 Sistemas de Gestão Electrónica em Bibliotecas;
- 6 Sistemas de Gestão Electrónica em Arquivos;
- 7 Bibliotecas Digitais;
- 8 Arquivos Digitais

visam preparar os futuros técnicos de biblioteca, arquivo e documentação com as competências necessárias para a sociedade da informação. Contudo, e mais uma vez, a ênfase é colocada na “alfabetização digital” e não na “literacia da informação”.

É interessante analisar que as competências a desenvolver no âmbito da disciplina de Informação Documental são:

- Compreender o valor estratégico da informação na sociedade da informação e do conhecimento
- Conhecer políticas comunitárias para acesso e gestão da informação bem como aplicações ao contexto nacional
- Compreender direitos e limites no acesso à informação, nomeadamente a protecção e acesso a dados pessoais e públicos
- Compreender o papel das unidades documentais na recolha, processamento e difusão da informação documental a utilizadores / clientes diversificados e na salvaguarda do património documental
- Relacionar tipologias documentais, normas e instrumentos de processamento documental
- Analisar circuitos documentais em Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação
- Descrever o perfil profissional do Técnico de Biblioteca, Arquivo e Documentação a partir do referencial das competências dos profissionais europeus da informação e documentação
- Tomar consciência dos valores éticos da profissão da informação e documentação

não aparecendo em nenhum lado dos programas o desenvolvimento de competências relacionadas com avaliação de fontes de informação. Note-se que já o EURO-REFERENCIAL ID: Competências e aptidões dos profissionais europeus de Informação-Documentação (INCITE, 2005) apresenta como o domínio de competência 05 do Grupo I – Informação a “Identificação e validação de fontes de informação: referenciar, avaliar, seleccionar e validar fontes de informação (documentos impressos, sítios web, organismos e pessoas).

O curricula do curso ainda não está, como se disse, estabilizado, o que denota o reduzido ou quase nulo investimento que tem sido feito nesta área profissional nos últimos anos. Mas precisa, explicitamente, e não apenas ao nível do nome das disciplinas, de promover as competências relacionadas com a literacia da informação pois só assim, e parafraseando o relatório da Information Behaviour of the Researcher of the Future poderemos formar futuros profissionais qualificados “para navegar na cada vez mais diversificada e complexa paisagem de informação” e garantir a economia do conhecimento.”

## NOTAS

[1] - António Dias de Figueiredo (2007) - Sociedade da Informação: o percurso português, editado dez anos após lançamento do Livro Verde para a Sociedade da Informação.

[2] - Destacamos: 1- Convenção da UNESCO de 2005 sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais; 2- Decisão n.º 854/2005/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Maio de 2005, que adopta um programa comunitário plurianual para a promoção de uma utilização mais segura da Internet e das novas tecnologias em linha; 3- Recomendação 2006/962/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro de 2006, sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida; 4 - Comunicação da Comissão, de 20 de Dezembro de 2007, "Uma abordagem europeia da literacia mediática no ambiente digital"; 5 - Documento de trabalho dos serviços da Comissão sobre o pluralismo dos meios de comunicação social nos Estados-Membros da União Europeia (SEC(2007) 0032); 6- Comunicação da Comissão, de 1 de Junho de 2005, intitulada "i2010 – Uma sociedade da informação europeia para o crescimento e o emprego"; 7 - Conclusões do Conselho, de 22 de Maio de 2008, sobre as competências interculturais, e "Uma abordagem europeia da literacia mediática no ambiente digital"; 8- Recomendação Rec(2006)0012 do Comité dos Ministros do Conselho da Europa aos Estados-Membros sobre a autonomização das crianças no novo ambiente de informação e de comunicações; 9 - Directiva 2007/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de Dezembro de 2007 (que altera a Directiva 89/552/CEE do Conselho) relativa à coordenação de determinadas disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros relativas ao exercício de actividades de radiodifusão televisiva.

[3] - Relatórios da UE em que nos baseamos e documentos referidos na nota 2.

[4] - No domínio da investigação académica, ver por exemplo o Projecto “ A literacia informacional no Espaço Europeu do Ensino Superior . *eLit.pt*

[5] - SILVA, Armando Malheiro da (2008) – Inclusão Digital e Literacia em Ciência da Informação “Prisma.Com”, n.º 7

[6] - Comissão Nacional da UNESCO. Portugal – Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014): Contributos para a sua dinamização em Portugal. Lisboa, 31 de Maio de 2006 (documento de trabalho da de 2006 em que participaram vários especialistas de universidades, Ministérios e outras entidades nacionais).

## REFERÊNCIAS

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: i2010 – Uma sociedade da informação europeia para o crescimento e o emprego. Bruxelas: CCE, 2005. [Consult. 22 Dez. 2008]. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0229:FIN:PT:PDF>

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao



Comité das Regiões: Uma abordagem europeia da literacia mediática no ambiente digital. Bruxelas: CCE, 2007. [Consult. 22 Dez. 2008]. Disponível em [http://ec.europa.eu/avpolicy/media\\_literacy/docs/com/pt.pdf](http://ec.europa.eu/avpolicy/media_literacy/docs/com/pt.pdf)

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA – Conclusões do Conselho de 22 de Maio de 2008 sobre uma abordagem europeia da literacia mediática no ambiente digital. Jornal Oficial da União Europeia. C 140. (06.06.2008), p.8. [Consult. 22 Dez. 2008]. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2008:140:0008:0009:PT:PDF>

PARLAMENTO EUROPEU. CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA.– Decisão n.º 854/2005/CE. Jornal Oficial da União Europeia. C 149. Série L (11.05.2005). [Consult. 22 Dez. 2008]. Disponível em [http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2004\\_2009/documents/pa/732/732792/732792pt.pdf](http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2004_2009/documents/pa/732/732792/732792pt.pdf)

PARLAMENTO EUROPEU. CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA.– Directiva 2007/65/CE. Jornal Oficial da União Europeia. L 332 (18.12.2007). [Consult. 22 Dez. 2008]. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2007:332:0027:01:PT:HTML>

GUNTER, Barrie; ROWLANDS, Ian; NIHOLAS, David – The google generation: are ICT innovations changing information-seeking behaviour? Oxford: Chandos Publishing, 2009.

MITTERMAYER, Diane ; QUIRION, Diane - Étude sur les connaissances en recherche documentaire des étudiants entrant au 1er cycle dans les universités québécoises. [em linha] Québec: CREPUQ, 2003. [Consult. 24 Abr. 2007]. Disponível em <http://www.crepuc.qc.ca/documents/bibl/formation/etude.pdf>

PRENSKY, Marc – Nativos digitais, imigrantes Digitais [em linha]. Trad. Roberta de Moraes Jesus de Souza. [Consult. 12 Jan. 2009]. Disponível em [http://api.ning.com/files/EbPsZU1BsEN0i\\*42tYn-d650YRCrrtli8XBkX3j8\\*2s\\_/Texto\\_1\\_Nativos\\_Digitais\\_Imigrantes\\_Digitais.pdf](http://api.ning.com/files/EbPsZU1BsEN0i*42tYn-d650YRCrrtli8XBkX3j8*2s_/Texto_1_Nativos_Digitais_Imigrantes_Digitais.pdf). Tradução do artigo "Digital natives, digital immigrants", de Marc Prensky publicado na DE ON THE HORIZON, Vol. 9, nº 5, Out. 2001.

Recomendação 2006/962/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro de 2006.

Recomendação Rec (2006) 0012 do Comité dos Ministros do Conselho da Europa aos Estados-Membros sobre a autonomização das crianças no novo ambiente de informação e de comunicações.

TAPSCOTT, Don – Geração Net: cuidado com os miúdos. [Em linha]. DIGITAL. N º 0 (1998). [Consult. 4 Dez. 2008]. Disponível em [www.centroatl.pt/edigest/digital/.../di0cap1.html](http://www.centroatl.pt/edigest/digital/.../di0cap1.html)